

DO CULTO DA JUVENTUDE À ALEGRIA DE SER VELHO

Eduardo Duque

Professor na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa e membro integrado do CECS - Universidade do Minho.

José F. Durán Vázquez

Professor de Sociologia na Universidade de Vigo.

Resumo

A presente reflexão questiona as representações sociais associadas à condição de pessoa idosa na contemporaneidade. Se, em muitas tradições antigas, a velhice era celebrada como cúmulo da experiência e da sabedoria, hoje, num contexto dominado pelo progresso tecnológico, pelo culto da aparência jovem e pelas métricas de produtividade, o idoso tende a tornar-se invisível ou até estigmatizado como “obsoleto”. Este texto convida o leitor a percorrer um itinerário histórico-sociológico que vai da Antiguidade clássica ao pensamento contemporâneo, passando pela Modernidade e por diferentes culturas, para compreender como se construiu – e se pode resgatar – a dignidade da idade avançada. Propõe-se, assim, reequacionar a ideia de envelhecer não como fonte de declínio, mas como oportunidade de crescimento intelectual, fortalecimento moral e renovação contínua, recuperando a dignidade e a alegria de viver em cada etapa da vida. Conclui-se pela urgência de espaços intergeracionais que integrem a experiência dos mais velhos e a vitalidade dos jovens, promovendo coesão social e continuidade cultural.

Palavras-chave: Envelhecimento e sabedoria, Culto da juventude, Representações geracionais, Envelhecimento ativo, Qualidade de vida.

1 A ALEGRIA DE SER VELHO

Em que se transformou a condição de ser pessoa idosa na nossa sociedade? Pedimos a vossa atenção para, juntos, refletirmos: quando pensamos numa pessoa idosa, o que nos vem à mente? Sentiremos orgulho ou agrado em chegar a essa fase da vida? Ao observarmos as pessoas idosas que conhecemos, vemos nelas a glória de quem resistiu ao tempo ao longo de muitas décadas, ou encontraremos nelas a alegria por estarem vivas?

Para esclarecermos o sentido do que aqui se discute, recordemos que, quando falamos de pessoas idosas, tal como quando falamos de jovens, referimo-nos a um grupo muito diverso. Ainda assim, é inegável que partilham traços comuns que as distinguem a um nível geracional.

Portanto, surge a questão: que representações construímos sobre a velhice? Vemos nos idosos pessoas sábias, detentores de um vasto repertório de experiências e merecedores da nossa admiração, ou serão percecionadas como vidas em declínio, outrora grandes palácios hoje casas em ruína? Serão muitas vezes, somente, pessoas que já não conseguem executar autonomamente as tarefas mais básicas do quotidiano, como alimentar-se, vestir-se, deslocar-se, cuidar da higiene pessoal? Ou mesmo que isto aconteça, porque acontece em muitos casos, continuam a ser realmente pessoas amadas, protegidas, que nos deram a vida e que as queremos acima de tudo o mais?

Que prazer se pode encontrar em envelhecer numa sociedade que sobrevaloriza a aparência jovem, a pele esticadinha, a produtividade, a rapidez e a presença constante nas redes sociais, etc.?

Paremos um instante, desviemos o olhar do presente e lancemos um olhar, de esgueira, atento ao passado. Talvez assim compreendamos melhor o lugar que damos à velhice e àqueles que a vivem.

No passado, a velhice era, em muitas sociedades, não apenas um estágio inevitável da existência humana, mas também um momento

privilegiado em que o ser humano, após longas décadas de vivência, podia finalmente recolher-se no domínio do *entendimento* mais amplo sobre a vida. Encarava-se essa fase final não como um declínio amargo, mas como uma espécie de *coroa da experiência*. O idoso assumia frequentemente um lugar central na comunidade, não apenas pelo acúmulo de *saberes práticos*, mas também pela capacidade de oferecer *referências morais, intelectuais e espirituais*. A autoridade do ancião não resultava do mero peso dos anos, mas da convicção de que o tempo, ao invés de desgastar apenas o corpo, *enriquecia a alma* com o discernimento e a prudência. Nessa lógica antiga, a velhice apresentava-se como um repositório de *memórias coletivas*, um *farol* para orientar as novas gerações e um *manancial de virtudes* adquiridas na longa jornada da vida.

Contudo, à medida que a modernidade avançou, alimentada pela ideia do progresso tecnológico, de produtividade constante e do culto da juventude, a imagem do idoso deixou de estar associada ao *sábio venerado*. A passagem do tempo ganhou contornos de degradação, de obsolescência, como se o ser humano, ao perder a força produtiva e a vitalidade física, perdesse automaticamente o seu valor. A sociedade contemporânea, imersa num ritmo acelerado e num horizonte utilitário, passou a olhar para a velhice com *desconfiança*. O idoso tornou-se *invisível*, não porque nada mais tivesse a dizer, mas porque o mundo raramente se dispunha a escutá-lo, concentrando-se em métricas de produtividade, beleza e atualização tecnológica. Assim, a velhice, outrora interpretada como um dos pontos altos da existência, converteu-se, num cenário predominantemente contemporâneo, num espaço de *marginalidade, silêncio e desajuste* face ao dinamismo frenético do presente.

A Antiguidade clássica oferece um contraste marcante com o panorama atual. Cícero (2023), no seu diálogo “De Senectute”, procura reabilitar a imagem da velhice como um tempo de plenitude, argumentando que, libertos do império das paixões, os anciãos podem alcançar uma sabedoria interior que não estaria ao alcance dos mais jovens. Aqui, a velhice não é um fardo, mas um estado que favorece a contemplação,

o raciocínio claro e a prática da virtude. Aristóteles (2020), ainda que não tenha escrito especificamente sobre a velhice, reconhece o valor do tempo na formação do caráter: a *prudência*, a justa medida e a clareza de julgamento, todos amadurecem com o passar dos anos. Platão (2023), no diálogo “A República”, ao apresentar a figura de Céfalo, um ancião cujo distanciamento dos desejos juvenis e efêmeros permite uma reflexão mais profunda sobre a justiça, sugere que a velhice, ao diminuir a intensidade das paixões, abre espaço para a procura da verdade filosófica. Séneca (2024), no contexto do estoicismo romano, encara o envelhecimento como um processo natural, a ser acolhido com serenidade. Plutarco (2012) destaca o valor do legado ético, vendo no idoso um modelo a seguir, alguém que, tendo vivido inúmeras experiências, pode orientar os outros pela luz do seu exemplo. Montaigne (2022), nos seus “Ensaio”, fala da velhice com um tom humanista, reconhecendo-a como mais uma etapa da vida humana, dotada de dignidade e até de certa leveza, caso seja aceite com compreensão.

À medida que atravessamos a história do pensamento, encontramos na Modernidade e na Contemporaneidade vozes que refletem a respeito da velhice de forma mais complexa, espelhando a mudança de valores sociais. Simone de Beauvoir (2024), em “A Velhice”, aponta a crueldade da marginalização do idoso no mundo moderno, onde a utilidade imediata define o valor do sujeito, resultando na exclusão e no apagamento simbólico daqueles que já não contribuem para a engrenagem produtiva. Kant (2020), embora não tenha produzido um tratado dedicado ao tema, pensava a maturidade do indivíduo como a clarificação progressiva da razão, algo que a idade poderia favorecer, permitindo ao sujeito refletir sobre a *moralidade* com mais profundidade. Hermann Hesse, em obras como “O elogio da velhice” (2002), “O Lobo das Estepes” (2018) ou “Siddhartha” (2023), concebe a vida como um caminho espiritual, em que a idade avançada pode representar uma espécie de reconciliação interior, um momento de síntese das experiências vividas, aceitação da impermanência e aproximação da serenidade. Kierkegaard (2013), com os seus estádios da existência (estético, ético e religioso), deixa entrever

que o confronto com a finitude, típico da velhice, pode ser um impulso para a procura do sentido essencial da existência. Sartre, enquanto existencialista, não ignorava a redução das possibilidades impostas pela idade, mas lembrava que a liberdade humana, mesmo limitada, exige a assunção autêntica do próprio passado e a ação responsável no presente, por mais escasso que o tempo possa parecer.

Entretanto, o retrato contemporâneo da velhice raramente mantém a forma como os filósofos antigos a representaram. Manuel Curado (2022), a este propósito, cita as *Reportagens Poéticas de um Asilo Holandês para Velhos* de Mário Duarte. E refere: o ambiente atual pode resumir-se a um espaço de estagnação, a um “aquário” onde as vidas se tornam invisíveis e privadas de sentido social. Neste cenário, o declínio físico não encontra compensação na sabedoria acumulada, e a sociedade vê o idoso como alguém que não produz, não consome e, portanto, não possui utilidade sob o ponto de vista meramente económico. *Neste sentido, ser pessoa idosa é um peso para as nossas sociedades! Gastam muito ao Estado e não produzem nada porque o que realmente produzem não é apreciado pelas estatísticas!* A consequência é o medo generalizado de envelhecer, a negação persistente do declínio e a recusa de aceitar a morte como parte do ciclo vital. O resultado é a impossibilidade de reconhecer o valor intrínseco da velhice, a sua riqueza silenciosa, o seu potencial de introspeção e compreensão da condição humana. Ou seja, na contemporaneidade, temos medo, muito medo de ser velhos.

Este contraste histórico e filosófico sublinha uma transformação cultural profunda: o que antes era um bem espiritual e um símbolo de sabedoria, hoje é visto como uma falha na engrenagem produtiva. Vivemos num tempo em que a vida é avaliada por currículos, sucessos mensuráveis e rendimentos, e nessa contabilidade impiedosa, a velhice surgiu como um fardo indesejado. Contudo, há aqueles que resistem a essa visão redutora. A figura de Catão (como nos lembrava Cícero), iniciando o estudo das letras gregas na sua velhice já avançada, recorda-nos que nunca é tarde para aprender e encontrar o sentido da vida.

O intelectual espanhol António Escotado (2023), mesmo ciente da proximidade da morte, dedica-se a aprender norueguês, a estudar a geologia da Islândia e a pesquisar sobre os pais de Kant, mostrando um espírito indómito, avesso à estagnação. Estes exemplos apontam para a possibilidade de resgatar a velhice do gueto da inutilidade, reinstalando-a num plano de crescimento intelectual, criatividade e procura de significado. Assim, o processo de envelhecer pode voltar a ser interpretado não como um fato que quando era novo assentava perfeitamente no corpo, mas que agora está excessivamente grande e desajustado, mas como uma fase de aprendizagem contínua, de reflexão serena e de fortalecimento interior.

Em perspetiva mais ampla, reconhecemos que outras culturas não-ocidentais, como as sociedades tradicionais africanas, as indígenas, ou mesmo a civilização chinesa inspirada pelo confucionismo, ainda atribuem aos mais velhos um estatuto de guardiães da memória e da ética comunitária. Num mundo globalizado, o desafio talvez seja redescobrir esses valores esquecidos, aprendendo a honrar a velhice como um período de passagem não para a inutilidade, mas para a sabedoria aplicada, a criatividade intelectual, o esclarecimento moral e o cultivo da espiritualidade. Deste modo, recuperar a compreensão antiga da idade avançada não é apenas resgatar a dignidade do idoso, mas também enriquecer a própria sociedade, religando-a com dimensões mais profundas da condição humana e devolvendo sentido de vida ao processo, inevitável e precioso, de envelhecer com alegria.

2 DA JUVENTUDE IMPERFEITA AO MODELO DE PERFEIÇÃO

Nas sociedades pré-modernas, a juventude era considerada uma idade que estava a caminho de atingir a sua plenitude, uma plenitude à qual apenas se chegava na idade adulta, que era o modelo ao qual todas as restantes idades deveriam assemelhar-se. Assim o podemos observar tanto na Antiguidade clássica como na Idade Média, até à chegada do mundo moderno, em que se invertem as categorias etárias,

transformando a juventude no modelo para todas as restantes idades. A seguir, relataremos brevemente o processo através do qual se produziu essa transformação.

Na Antiguidade clássica, por exemplo, a infância e a juventude apresentavam-se como fases durante as quais se deviam adquirir, através do exemplo oferecido pelas pessoas mais velhas, os conhecimentos, as atitudes e as formas de comportamento mais apreciados e valorizados pelos adultos (Neraudeau, 1998, 1984, 1979). Esse era o verdadeiro caminho de perfeição que os que ainda eram considerados seres imperfeitos deviam seguir. Assim o afirma Aristóteles: “Já que a criança é um ser imperfeito – escreveu – é evidente que a sua virtude não está relacionada com um ser atual, mas depende da sua maturidade e da sua orientação” (Aristóteles, 2004: 148). Ao ponto de, enquanto alguém não alcançasse a moderação, que se supunha inerente à idade adulta, atribuir-se-lhe um desequilíbrio, que no caso da criança a equiparava até mesmo a uma espécie de louco (Neraudeau, 1998, p. 77; 1984, p. 92). Assim, por exemplo, na Roma Antiga a Lei Cornélia eximia as crianças de certos comportamentos, ao estabelecer que, se uma criança ou um louco assassinassem alguém, aquilo não constituía motivo para prisão (Neraudeau 1984, pp. 92-93).

Por todas essas razões, tanto as crianças como os jovens deviam estar claramente subordinados aos adultos, e, em particular, aos idosos, que eram os depositários da sabedoria. Aristóteles expressa esta ideia de forma clara no seguinte parágrafo: “A própria natureza – disse – traçou a fronteira ao distinguir, entre os membros de um mesmo povo, a classe dos jovens e a dos idosos, estes últimos destinados a mandar e os primeiros a obedecer” (Citado em Schnapp, 1996, p. 39).

Essa consideração da inferioridade da infância e da juventude face à idade adulta e à senescência manteve-se ao longo da Idade Média. De facto, naquele período entendia-se que a infância, por estar ainda apenas integrada no mundo e por estar também marcada pela pegada do pecado original, tinha uma tendência para a desmedida e para a

maldade (Becchi, 1998 I, pp. 111-112). “Quem me vai recordar o pecado da minha infância, já que ninguém está puro perante Deus, nem mesmo a criança que viveu apenas um dia sobre a terra”, escreveu São Agostinho nas *Confissões* (Citado em Riché & Alexander, 1994, p. 22). Os tratados pedagógicos orientavam-se, pois, na mesma direção, procurando que a infância encaminhasse para a maturidade, evitando as más tentações para as quais estava naturalmente inclinada (Pastor, 1986).

Considerava-se que essas más tentações também se manifestavam vivamente na etapa juvenil, devido ao excesso de energia característico da juventude, aliado à falta de experiência. Julien de Vézelay, um monge beneditino do século XII, expressava essa mentalidade de forma bastante eloquente:

“À infância – dizia – sucede a adolescência, idade sensual e indisciplinada, ávida de prazer, que pensa que a virtude é pesada e difícil (...) Não podemos compreender a trajetória do homem durante a sua adolescência, porque esta é verdadeiramente instável, não se deixa guiar nem pela razão nem pelos conselhos alheios; submissa a várias tentações, móvel e vagabunda, deixa-se arrastar por isto e por aquilo. Num dia quer, noutra já não quer. Hoje ama, amanhã odeia” (Citado em Riché & Alexander-Bidón, 1994, p. 202).

Esta instabilidade de caráter e de comportamento, própria da juventude, considerava-se que persistia mesmo depois de ultrapassados os vinte anos (Alexander & Lett, 1997, Crouzet-Pavan, 1996, Pastoureaux, 1996).

Os adultos eram os encarregados de evitar todas essas desmedidas, próprias da infância e da juventude, inculcando-lhes os comportamentos e os hábitos do mundo adulto. E nada era melhor para esse efeito do que o exemplo que estes podiam oferecer. Esse exemplo encontrava-se presente desde a mais tenra infância, uma vez que crianças e jovens viviam constantemente no seio e na presença dos adultos, tanto no âmbito privado como no público (Becchi, 1998 I, p. 126; Riché & Alexander, 1994; Ariès, 1987), participando tanto dos acontecimentos

mais alegres como dos mais tristes (Lett, 1997, pp. 173 e seguintes). Não existia, pois, uma clara separação entre as distintas faixas etárias, pelas quais se conviviam de forma mista (Ariès, 1987).

Face à infância e à juventude, a idade adulta apresentava-se, assim, numa posição hierarquicamente superior e, dentro dela, no contexto da pirâmide etária, a posição mais elevada era ocupada pela senescência (Pastoureau, 1996, p. 290). A idade conferia, assim, maior estatuto, e os mais velhos, os idosos, desfrutavam de uma posição superior graças à experiência acumulada, em sociedades orientadas pela tradição.

Essa condição da idade adulta e da velhice persistiria ainda mais tarde nas sociedades tradicionais, até à chegada do mundo moderno. Assim o podemos observar mesmo nas sociedades do Renascimento. Nos livros de cortesia, por exemplo, nos quais se ensinavam as atitudes e os comportamentos que as pessoas de condição mais elevada deviam adotar, a idade adulta era apresentada como o modelo a imitar pelas restantes idades, e, num dos mais conhecidos, lê-se: “porque já deixou as más condições da mocidade e ainda não chegou às da velhice” (Castiglione, 1994, p. 229). Os exemplos destinados a ensinar aos jovens eram, pois, invariavelmente os da idade adulta (Elias 1993).

A situação anteriormente descrita, típica das sociedades pré-modernas – nas quais a infância e a juventude eram consideradas fases imperfeitas que deviam progredir rumo à perfeição tomando como modelo as atitudes e comportamentos dos adultos, e, em particular, dos mais idosos, depositários da tradição – começaria a mudar a partir do século XVIII, primeiramente entre a burguesia (Ariès, 1987). Essa nova sensibilidade burguesa, ecoada também por moralistas e filântropos, levaria a retirar a infância e a juventude das ruas, onde até então partilhavam a vida com os adultos. Em países como Inglaterra, que iniciaram a industrialização antes de outros, essa nova atitude fez-se notar precocemente já no século XVIII; neste contexto, o reverendo Clyton denunciava a situação existente nas ruas de Manchester, onde, dizia

ele, há “crianças esfarrapadas sem nada para fazer que não só perdem o tempo, como aprendem costumes de jogo” (citado em Thompson, 1979, p. 276).

Todo esse cenário conduziu à escolarização da infância, com um duplo objetivo: separar a infância da influência perversa da idade adulta e proporcionar-lhe os conhecimentos necessários para, posteriormente, integrar as diversas vertentes da atividade industrial (Ariès, 1987).

Assim, surgiu uma nova mentalidade em relação à infância (Durán & Duque, 2019, pp. 76 e seguintes), que foi especialmente promovida por Jean-Jacques Rousseau, cujas obras exerceram uma grande influência, inicialmente entre a burguesia (Cook, 2004, pp. 29-30; Robertson, 1994, p. 461; Varela, 1991, pp. 75-76; Stone, 1990, p. 256; Ariès, 1987, p. 443) e, mais tarde, nos restantes setores sociais e ideológicos, desde o socialismo e o liberalismo até à Igreja Católica (Bowen, 1985 III; Dietrich, 1976; Dommaget, 1972).

Rousseau rompeu por completo com a tradição anterior ao manifestar a mais firme vontade de separar a juventude e a infância da idade adulta, à qual passou a considerar a principal fonte de perversão, não só dessas fases, mas de toda a sociedade. Assim o deixou escrito no início da sua obra pedagógica mais célebre, talvez a mais célebre de todos os tempos: “tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas: tudo degenera nas mãos do homem” (Rousseau, 2002, p. 37). Diante da inocência infantil, Rousseau situou a corrupção resultante da civilização orientada pelos adultos, afirmando:

“As suspeitas, as sombras, os temores, a frieza, a reserva, o ódio, a traição – afirmou com veemência – ocultavam-se incessantemente por debaixo desse véu uniforme e pérfido de cortesia, sob esta urbanidade tão ponderada que devemos às luzes do nosso século” (Rousseau, 2003, p. 175).

A nova sociedade teria, por conseguinte, de começar com uma nova educação da infância, separada de qualquer outra influência

perversa. O primeiro passo consistia em apagar qualquer vestígio do passado, de forma a orientar-se única e exclusivamente para aquilo que passaria a ser a única fonte da nova verdade revelada – aquela que emanava da natureza infantil, que ainda permanecia essencialmente pura e não contaminada pelos males do mundo. “Observai a natureza e segui a rota que vos indica. Ela exercita continuamente as crianças”, foi o lema com que iniciou a sua obra pedagógica (Rousseau, 2002, p. 55).

De acordo com esse novo princípio, já não haveria qualquer justificação – que seria, de todas as maneiras, considerada injusta – para que os adultos se colocassem numa posição hierarquicamente superior à infância e à juventude, impondo-lhes o que seria o início de uma perversão que se pretendia impedir. Rousseau afirmou-o com a maior contundência: “deixai que a infância amadureça nas crianças” (Rousseau, 2002, pp. 104-126). Tem de ser, pois, o próprio infante a escolher e a marcar o seu próprio caminho. “Pensai – disse – que raramente vos compete propor aquilo que deve aprender; cabe a ele desejar, procurar, descobrir” (Rousseau, 2002, p. 263).

A influência de Rousseau fez sentir-se nos diversos setores ideológicos que moldaram o mundo moderno, tanto no liberalismo como no socialismo. Neste último, a sua marca esteve presente no marxismo, no anarquismo e no socialismo (Dietrich, 1976; Dommaget, 1972; Manacorda, 1972). De igual modo, essa influência também se manifestou nas reformas educativas que os diferentes Estados implementaram na segunda metade do século XIX e na primeira metade do XX (Luzuriaga, 1994; Durkheim, 1992).

Na segunda metade desse século, as teorias rousseauianas foram intensamente revitalizadas no contexto das críticas dirigidas aos sistemas educativos modernos, pelo seu carácter disciplinar e alienante. Essa revitalização deveu-se a autores como Alexander Neill (1883-1973; 1997), conhecido não só pelas suas obras – algumas das quais (Neill, 1997) foram vendidas em mais de um milhão de exemplares (Puig, 2009, p. 158; Le Goff, 2002, p. 100) – mas também por ter fundado um novo tipo

de escola segundo o modelo rousseauiano, a escola de Summerhill. A herança rousseauiana foi, ainda à sua maneira, recolhida por Ivan Illich, cuja obra principal também alcançou grande difusão (Illich, 1973).

O sucesso das obras citadas deveu-se, ainda, ao contexto em que foram reveladas, criado pelas revoltas juvenis de maio de 1968 na França, como reconheceram alguns desses autores (Illich, 1973, p. 94). Nesse contexto, a juventude converteu-se no modelo da nova sociedade, destinada a superar os males que a velha sociedade tinha criado (Ricard, 2001). Em confronto com as gerações anteriores, as novas gerações que atingiram a juventude nos anos 60 do século passado reivindicaram a libertação dos sacrifícios que os seus progenitores tiveram de suportar para ultrapassar a situação de precariedade causada pela guerra – uma superação que se vinculava à integração no mundo do trabalho. Para as gerações subsequentes, essa superação passou a relacionar-se cada vez mais com domínios mais hedonistas do que sacrificiais, como as esferas do lazer e do consumo. Enquanto a integração no mundo do trabalho implicava seguir trajetórias biográficas em que os adultos masculinos representavam o modelo a seguir, a participação no âmbito do lazer e do consumo significava adaptar-se às tendências definidas pela juventude. Ninguém, como a marca Cola-Cola, captou tão bem o significado de tudo isto – o cântico à alegria de uma juventude triunfante que anunciava um novo futuro, rejeitando o legado dos seus pais (Frank, 2011: 279 e seguintes).

A juventude elevou-se, assim, a um verdadeiro arquétipo de estilo de vida que todos desejavam seguir (Mead, 1971), e a expressão disso encontrava-se nas experiências e vivências associadas ao mundo do lazer e do consumo (Frank, 2011; Bauman, 2007; Heath & Potter, 2005; Lipovetsky, 1987). Os relatos de vida que umas gerações contavam a outras, enquanto expressão de uma existência mais ou menos realizada, mudaram substancialmente. O êxito já não consistiria, agora, em seguir uma trajetória de vida pontuada por uma etapa escolar – mais ou menos breve ou longa, dependendo das diferentes classes sociais – para, depois,

integrar o mundo do trabalho e constituir uma família. Esses êxitos, marcados por uma série de ritos de passagem (Moya, 1984), seriam doravante percebidos como um sintoma de uma maturidade que já quase ninguém desejaria, quando a imaturidade seria aquilo a que todos aspirariam (Cataluccio, 2006). Já não se trataria, efetivamente, como acontecia para as gerações anteriores, de percorrer uma série de etapas na vida que implicavam a libertação de determinados domínios para integrar outros (Durán, 2021) – libertações e integrações que, como antes referíamos, vinham acompanhadas de ritos de passagem. O objetivo seria cada vez mais a libertação sem incorporação (Bell, 1977), e essa libertação implicaria desprender-se do lastro do passado, que viria a ser interpretado como um sintoma de velhice, de uma postura fechada à aquisição de novas vivências, por estar ancorado a experiências acumuladas ao longo do tempo que prendem o indivíduo ao passado – que é precisamente o que se deve superar para renovar uma juventude que ninguém mais deseja abandonar.

Os mundos de vida dos mais velhos e dos mais jovens irão separar-se cada vez mais, sendo essa separação acentuada com o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas. As gerações de nativos digitais são, de facto, as que experienciam o mundo de uma forma sem precedentes (Feixa, 2014), transformando repetidamente em velho aquilo que, até ontem, ainda se considerava jovem.

Agora bem, precisamente porque ninguém pode iniciar a sua vida sem contar com alguma herança, mas sim a partir de um determinado legado recebido, com o qual deve enfrentar o mundo – quer para o manter, quer para o negar ou para o renovar (Arendt, 2003) – é, pois, mais urgente do que nunca colocar a pergunta que Walter Benjamin colocou há muito tempo: “Quem se atreverá a lidar com a juventude apoiando-se na experiência?” (Benjamin, 1973: 167). Hoje, talvez mais do que nunca, não podemos evitar essa questão sem a devida reflexão, e para isso, quer queiramos ou não, temos de contar com os mais velhos.

CONCLUSÃO: ENTRE A EXPERIÊNCIA DA VELHICE E A ESPERANÇA DA JUVENTUDE

Ser jovem num mundo velho é a paradoxal condição com que todas as gerações se depararam ao longo dos séculos. Para os mais velhos, o surgimento de novas gerações representou, quase sempre, um problema, uma ameaça ao edifício que haviam construído – não apenas material, mas sobretudo social e moral – ao longo das suas vidas. A consequência disso foi, muitas vezes, a suspeita com que a velhice olhou para a juventude, lembrando-lhe a sua falta de experiência, e sublinhando que tudo aquilo que os mais jovens começavam a viver com a vitalidade e ousadia próprias da idade, os mais velhos já o tinham vivido no seu tempo de juventude.

Face à energia irreverente dos jovens, os mais velhos colocaram sempre a autoridade que lhes advinha do tempo vivido e do consequente maior conhecimento do mundo. Eles sabiam, de facto, aquilo que os jovens ainda tinham de aprender. Muitos provérbios populares não tinham outro propósito senão lembrar à juventude a sua inexperiência, a sua incapacidade para julgar o mundo, sublinhando a importância de recorrer ao conselho dos mais velhos.

Contudo, na memória destas sociedades residia também a consciência, por parte dos mais velhos, da impossibilidade de travar por completo a energia e a vitalidade com que a juventude irrompia no mundo. Os rituais que muitas sociedades ainda hoje preservam não tinham, na sua origem, outro sentido senão permitir que os jovens extravasassem a sua energia em determinados momentos ritualmente definidos, nos quais os mais velhos fingiam desviar o olhar, enquanto os jovens experimentavam aquilo que, no quotidiano, jamais lhes seria permitido (Schindler, 1996).

O ciclo destas repetições ritualizadas tinha como efeito reforçar, junto das várias gerações, a consciência de que o destino de umas era o mesmo das outras – aquilo que uns começavam a viver, outros já

tinham vivido, podendo agora observá-lo com a frieza e a sabedoria que a idade proporciona.

Era assim que as sociedades tradicionais reproduziam a sua ordem social e moral: o mundo que envelhecia com os mais velhos não era substancialmente diferente do que o mundo rejuvenescido com cada nova geração.

Tudo isto mudou quase por completo com a emergência das sociedades modernas. Aquilo que as gerações anteriores haviam conhecido e experienciado pouco ou nada se assemelhava ao que as novas gerações passaram a viver. Quem melhor resumiu esta nova realidade foi a antropóloga norte-americana Margaret Mead, ao afirmar:

“Até há bem pouco tempo, os mais velhos podiam dizer: ‘Sabes uma coisa? Eu já fui jovem e tu nunca foste velho’. Mas os jovens de hoje podem responder: ‘Tu nunca foste jovem no mundo em que eu sou jovem e nunca o serás’” (Mead, 1971: 92).

A consequência disso foi a desautorização dos mais velhos, agora vistos como carentes de experiência e sabedoria, qualidades que pareciam pertencer aos que menos tempo tinham vivido, mas que, paradoxalmente, aparentavam conhecer mais o mundo do que os anciãos. A distância entre velhos e jovens não parou de crescer desde então, à medida que cada grupo etário se foi refugiando no seu próprio universo – uns por vontade própria, outros por força das circunstâncias.

Sem um mundo comum, todos nos sentimos como estrangeiros dentro da nossa própria realidade, sem nada para partilhar, cada qual encerrado no seu pequeno mundo. E se há algo a contar, é precisamente aquilo que está em constante mutação – e essa narração cabe, naturalmente, aos mais jovens. Talvez por isso, estes já não sintam a mesma necessidade que os jovens de outrora tiveram de se libertar, ocasionalmente, do jugo dos seus maiores, numa época em que essa libertação se tornou quotidiana.

E, no entanto, como já referimos, a nossa sociedade precisa, urgentemente, de espaços de encontro entre a juventude e os mais velhos,

num mundo que envelhece a um ritmo vertiginoso, apagando toda a memória do passado. Precisamente porque somos seres de memória (Halbwachs 2004), porque nos tornamos quem somos através de um longo processo evolutivo, onde nada se perdeu por completo, mas antes alimentou o que veio depois (Bellah 2017).

É precisamente por isso – porque o novo nasce do velho, originando algo que não é inteiramente novo nem completamente antigo – que precisamos de manter viva a memória do que fomos, da experiência acumulada ao longo da história. Podemos, pois, arriscar-nos a perdê-la e viver apenas com a escassa experiência que cada geração consegue reunir ao longo da sua vida, sendo que, agravando a situação, essa experiência, hoje em dia, se transforma várias vezes no decorrer de uma única vida?

Parece claro que não podemos dar-nos a esse luxo, pois, tal tornar-nos-ia mais ignorantes e menos capazes de enfrentar o mundo. Precisamos, sim, de ativar a nossa memória – não de forma arqueológica, mas através da experiência que os mais velhos nos podem transmitir.

Para isso, como dissemos, a nossa sociedade tem de promover espaços de encontro, tanto no seio da família como na esfera pública. No entanto, esses espaços dificilmente surgirão se continuarmos enfeitiçados pelas nossas ânsias produtivas e tecnológicas, julgando que é apenas isso que vale a pena partilhar.

Aproveitemos, pois, a experiência dos nossos mais velhos para enfrentarmos o mundo com a energia dos mais jovens. Só assim o mundo poderá renovar-se com cada nova geração, sem esquecer o que outros conheceram e viveram, mas também sem fechar as portas a novas experiências e a novos saberes.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE-BIDON, Danièle; LETT, Didier. **Les enfants au Moyen âge: V-XV siècles**. Poitiers: Hachette, 1997.

ARENDDT, Hannah. La crisis en educación. *In*: ARENDT, Hannah. **Entre el pasado y el futuro: ocho ejercicios sobre la reflexión política**. Barcelona: Paidós, 2003. p. 269-301.

ARIÈS, Philippe. **El niño y la vida familiar en el Antiguo Régimen**. Madrid: Taurus, 1987.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicómaco**. 7. ed. Tradução de António de Castro Caeiro. Lisboa: Quetzal, 2020. (Trabalho original publicado ca. 350 a.C.).

ARISTÓTELES. **Política**. Madrid: Técnos, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida de consumo**. Madrid: FCE, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. (Trabalho original publicado em 1970).

BECCHI, Egle. Le Moyen Âge. *In*: BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (Org.). **Histoire de l'enfant en occident**. Paris: Éditions du Seuil, 1998. v. 1, p. 109-141.

BELL, Daniel. **Las contradicciones culturales del capitalismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1977.

BENJAMIN, Walter. **Discursos interrumpidos I**. Madrid: Taurus, 1973.

BOWEN, James. **Historia de la educación occidental** (Vol. III). Barcelona: Herder, 1985.

CASTIGLIONE, Baldassare. **El cortesano**. Madrid: Cátedra, 1994.

CATALUCCIO, Francesco. **Inmadurez: la enfermedad de nuestro tiempo**. Madrid: Siruela, 2006.

CÍCERO, Marco Túlio. **Sobre a velhice**. Lisboa: Edições 70, 2023. (Trabalho original publicado em 44 a.C.).

COOK, Daniel. **The commodification of childhood: the children's clothing industry and the rise of the child consumer**. Durham: Duke University Press, 2004.

CROUZET-PAVAN, Élisabeth. Una flor del mal: los jóvenes en la Italia medieval (SXIII-XV). *In*: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Dir.). **Historia de los jóvenes**. Madrid: Taurus, 1996. v. 1, p. 217-267.

CURADO, Manuel. **A alegria de ser velho**: representações portuguesas da velhice. *Igreja e Missão*, v. 75, n. 249, p. 5-35, 2022.

DIETRICH, Theo. **Pedagogía socialista**. Salamanca: Sígueme, 1976.

DOMMAGET, Maurice. **Los grandes socialistas y la educación**: de Platón a Lenin. Madrid: Fragua, 1972.

DURÁN VÁZQUEZ, José. **La integración del sujeto moderno**: entre la liberación y la inclusión: un relato de arraigos y desarraigos. Madrid: Dykinson, 2021.

DURÁN VÁZQUEZ, José; DUQUE, Eduardo. **Las transformaciones de la educación**: de la tradición a la modernidad hasta la incertidumbre actual. Madrid: Dykinson, 2019.

DURKHEIM, Émile. **Historia de la educación y de las doctrinas pedagógicas**: la evolución pedagógica en Francia. Madrid: La Piqueta, 1992.

ELIAS, Norbert. **El proceso de civilización**. Madrid: FCE, 1993.

ESCOHOTADO, Antonio. **Confesiones de un opiófilo**: diario póstumo (1992-2020). Madrid: Espasa, 2023.

FEIXA, Carles. **De la Generación@ a la #Generación**: la juventud en la era digital. Barcelona: Ned Ediciones, 2014.

FRANK, Thomas. **La conquista de lo cool**: el negocio de la cultura y de la contracultura y el nacimiento del consumismo moderno. Madrid: Alpha Decay, 2011.

HEATH, Joseph; POTTER, Andrew. **Rebelarse vende**: el negocio de la contracultura. Madrid: Taurus, 2005.

HESSE, Hermann. **O elogio da velhice**: considerações e poemas. São Paulo: Difel, 2002. (Trabalho original publicado em 1987).

HESSE, Hermann. **O lobo das estepes**. Tradução de Paulo Rêgo. Prefácio de Isabel Cristina Mateus. Lisboa: Leya, 2018. (Trabalho original publicado em 1927).

HESSE, Hermann. **Siddhartha**. Tradução de Paulo Mendes Dias. Lisboa: Dom Quixote, 2023. (Trabalho original publicado em 1922).

ILLICH, Ivan. **La sociedad desescolarizada**. Barcelona: Barral, 1973.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2020. (Trabalho original publicado em 1785).

KIERKEGAARD, Søren. **Ou-ou**: um fragmento de vida. Tradução de Elisabete Maria de Sousa. Lisboa: Relógio d'Água, 2013. 2 v. (Trabalho original publicado em 1843).

LE GOFF, Jean-Pierre. **La démocratie post-totalitaire**. Paris: La Découverte, 2002.

LETT, Didier. **L'enfant des miracles**. Paris: Aubier, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. **La era del vacío**: ensayos sobre el individualismo contemporáneo. **Barcelona**: Anagrama, 1987.

LUZURIAGA, Lorenzo. **Historia de la educación y de la pedagogía**. Buenos Aires: Losada, 1994.

MANACORDA, Mario. **Los grandes socialistas y la educación**: de Platón a Lenin. Madrid: Fragua, 1972.

MEAD, Margaret. **Cultura y compromiso**: estudio sobre la ruptura generacional. Buenos Aires: Granica, 1971.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio**. Tradução de Henrique Barros. Lisboa: E-Primatur, 2022. v. 1. (Trabalho original publicado em 1580).

MOYA, Carlos. **Señas de Leviatán**: Estado nacional y sociedad industrial: España 1936-1980. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

NEILL, Alexander Sutherland. **Summerhill**: un punto de vista radical sobre la educación de los niños. Madrid: FCE, 1997.

NERAUDAU, Jean-Pierre. **Être enfant à Rome**. Paris: Les Belles Lettres, 1984.

NERAUDAU, Jean-Pierre. **La Jeunesse dans la littérature et les institutions**. Paris: Les Belles Lettres, 1979.

NERAUDAU, Jean-Pierre. L'enfant dans la culture romaine. *In*: BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (Org.). **Histoire de l'enfant en occident**. Paris: Éditions du Seuil, 1998. v. 1.